

1º TRIMESTRE DE 2025

RELATÓRIO ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Relações Institucionais

AVANÇOS

LEIS FEDERAIS

PROPOSIÇÕES

ENCONTROS POLÍTICOS

MONITORAMENTO

PRODUTOS ARI



ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Relações Institucionais

AVANÇOS

Atuação política de resultado

LEIS FEDERAIS

Projetos transformados em Lei

PROPOSIÇÕES

Matérias novas em destaque

ENCONTROS POLÍTICOS

O agro em ação

MONITORAMENTO

Dados do legislativo

PRODUTOS ARI

Comunicação estratégica

CÂMARA DOS DEPUTADOS

NOVAS PRESIDÊNCIAS E REDEFINIÇÃO DE LIDERANÇAS MARCAM O INÍCIO DO ANO

Em 2025, a Câmara dos Deputados iniciou os trabalhos legislativos sob a nova presidência do deputado Hugo Motta (Republicanos/PB). As comissões permanentes foram instaladas com a composição atualizada e a eleição de seus novos presidentes. Também foram definidas as lideranças partidárias e os blocos parlamentares que orientarão as articulações políticas ao longo do ano.

MESA DIRETORA



HUGO MOTTA
REPUBLICANOS - PB
Presidente



1º Vice-Presidente
ALTINEU CÔRTEZ
PL-RJ



2º Vice-Presidente
ELMAR NASCIMENTO
UNIÃO-BA



CARLOS VERAS
PT-PE
1ª Secretária



LULA DA FONTE
PP-PE
2ª Secretária



DELEGADA KATARINA
PSD-SE
3ª Secretária



SÉRGIO SOUZA
MDB-PR
4ª Secretária

PRESIDÊNCIAS DE COMISSÕES PERMANENTES

CAPADR
Agricultura e Pecuária



RODOLFO NOGUEIRA
PL-MS

CFT
Finanças e Tributação



ROGÉRIO CORREIA
PT-MG

CCJC
Constituição e Justiça



PAULO AZI
UNIAO-BA

CME
Minas e Energia



DIEGO ANDRADE
PSD-MG

CSAÚDE
Saúde



ZÉ VITOR
PL-MG

CTRAB
Trabalho



LÉO PRATES
PDT-BA

CMADS
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



ELCIONE BARBALHO
MDB-PA

CE
Educação



MAURÍCIO CARVALHO
UNIAO-RO

CSPCCO
Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado



DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
PL-SP

CDE
Desenvolvimento Econômico



LAFAYETTE DE ANDRADA
REPUBL-MG

CICS
Indústria, Comércio e Serviços



BETO RICHÁ
PSDB-PR

CPOVOS
Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais



DANDARA
PT-MG

CREDN
Relações Exteriores e Defesa Nacional



FILIFE BARROS
PL-PR

CINDRE
Integração Nacional e Desenvolvimento Regional



YANDRA MOURA
UNIAO-SE

CDC
Defesa do Consumidor



DANIEL ALMEIDA
PCDOB-BA

CFFC
Fiscalização Financeira e Controle



BACELAR
PV-BA

CTUR
Turismo



MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO
PL-MG

CVT
Viiação e Transportes



MAURICIO NEVES
PP-SP

CPASF
Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família



RUÝ CARNEIRO
PODE-PB

CDHMIR
Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial



REIMONT
PT-RJ

CASP
Administração e Serviço Público



PASTOR SARGENTE ISIDÓRIO
AVANTE-BA

LIDERANÇAS



José Guimarães
PT-CE
Líder Governo



Zucco
PL-RS
Líder OPOSIÇÃO



André Figueiredo
PDT-CE
Líder MAIORIA



Caroline de Toni
PL-SC
Líder MINORIA

PL – Sóstenes Cavalcante (RJ)

Federação PT-PCdoB-PV - Lindbergh Farias (RJ)

UNIÃO – Pedro Lucas Fernandes (MA)

PP – Doutor Luizinho (RJ)

REPUBLICANOS – Gilberto Abramo (MG)

PSD - Antonio Brito (BA)

MDB – Isnaldo Bulhões Jr. (AL)

Federação PSOL-REDE - Talíria Petrone (RJ)

PDT – Mário Heringer (MG)

PSB – Pedro Campos (PE)

PODE – Rodrigo Gambale (SP)

AVANTE – Luis Tibé (MG)

PRD – Fred Costa (MG)

SOLIDARIEDADE - Aureo Ribeiro (RJ)

NOVO - Adriana Ventura (SP)

SENADO FEDERAL

NOVAS PRESIDÊNCIAS E REDEFINIÇÃO DE LIDERANÇAS MARCAM O INÍCIO DO ANO

Em 2025, o Senado Federal deu início aos trabalhos legislativos sob a nova presidência do senador Davi Alcolumbre (União-AP), eleito com ampla maioria para um mandato até 2027. A nova Mesa Diretora foi composta, e as comissões permanentes foram instaladas com a eleição de seus presidentes. Além disso, foram definidas as lideranças partidárias e os blocos parlamentares que orientarão as articulações políticas ao longo do ano.

MESA DIRETORA



DAVI ALCOLUMBRE
UNIÃO - AP
Presidente



1º Vice-Presidente
EDUARDO GOMES
PL-TO



2º Vice-Presidente
HUMBERTO COSTA
PT-PE



Daniela Ribeiro
PSD-PB
1ª Secretária



Confúcio Moura
MDB-RO
2ª Secretária



Ana Paula Lobato
PDT-MA
3ª Secretária



Laércio Oliveira
PP-SE
4ª Secretária

PRESIDÊNCIAS DE COMISSÕES PERMANENTES



ZEQUINHA MARINHO
PODEMOS-PA



OTTO ALENCAR
PSD-BA



RENAN CALHEIROS
MDB-AL



TERESA LEITÃO
PT-PE



DORINHA SEABRA
UNIÃO-TO



DR. HIRAN
PP-RR



NELSINHO TRAD
PSD-MS



FLÁVIO ARNS
PSB-PR



MARCOS ROGÉRIO
PL-RO



FABIANO CONTARATO
PT-ES



MARCELO CASTRO
MDB-PI



AGUARDANDO INSTALAÇÃO



FLÁVIO BOLSONARO
PL-RJ



DAMARES ALVES
REPUBLIC-DF



LEILA BARROS
PDT-DF



AGUARDANDO INSTALAÇÃO

LIDERANÇAS



Jaques Wagner
PT-BA
Líder Governo



Rogério Marinho
PL-RN
Líder Oposição



Veneziano Vital do Rêgo
MDB-PB
Líder Maioria



Ciro Nogueira
PP-PI
Líder Minoria

PL – Carlos Portinho (RJ)
PT – Rogério Carvalho (SE)
UNIÃO – Efraim Filho (PB)
PODEMOS – Carlos Viana (MG)
PSDB – Plínio Valério (AM)
PP – Tereza Cristina (MS)

PSD – Omar Aziz (AM)
MDB – Eduardo Braga (AM)
REPUBLICANOS – Mecias de Jesus (RR)
PSB – Cid Gomes (CE)
PDT – Weverton (MA)

1

PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PLN 26/2024 (CN) - PLOA 2025 (ORÇAMENTO PÚBLICO)

Autor: Presidência da República

O Congresso Nacional aprovou o PLN 26/2024 (LOA 2025), sob a relatoria do Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Inicialmente, o governo havia proposto a redução do orçamento para o Seguro Rural, de cerca de R\$ 1,060 bi para R\$ 1,007 bi, um corte de cerca de R\$ 52,3 milhões. A pedido da CNA, com a articulação dos parlamentares da FPA, Daniel Agrobom (PL/GO), Domingos Sávio (PL/MG), Zé Vitor (PL/MG) e Zequinha Marinho (Podemos/PA), foi possível sensibilizar o relator-geral, Senador Angelo Coronel, e aprovar os destaques do setor agropecuário, recompondo o orçamento e garantindo o montante original para o prêmio do seguro rural.



PL 2088/2023 (CN) - RECIPROCIDADE AMBIENTAL*

Autor: Sen. Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

A Câmara dos Deputados aprovou, de forma unânime e simbólica, o relatório do deputado Arnaldo Jardim (Cidadania/SP) sobre o PL 2088/2023, de autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). O projeto estabelece critérios para a suspensão de concessões comerciais, investimentos e obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais de países ou blocos econômicos que prejudiquem a competitividade brasileira. Com a aprovação, a matéria segue para sanção presidencial.



PL 1648/2024 (SF) - APERFEIÇOAMENTO DO ITR

Autor: Sen. Jayme Campos (UNIÃO/MT)

No Senado, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou o PL 1648/2024, do senador Jayme Campos (União/MT), que aprimora os critérios de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), simplifica e aumenta a segurança tributária para os produtores. O relator, senador Fernando Farias (MDB/AL), apresentou parecer favorável ao projeto e às dez emendas propostas. A matéria agora segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.



PLS 404/2018 (SF) - PROTEÇÃO DE CULTIVARES

Autor: Sen. Givago Tenório (AL)

Projeto que amplia para 20 anos prazo de proteção a cultivares foi aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, de acordo com o substitutivo do relator, senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), ao PLS 404/2018, de autoria do ex-senador Givago Tenório (AL). A proposta altera o art. 11 da Lei nº 9.456/1997, e pelo texto aprovado, os cultivares de árvores florestais que estiverem protegidos na data de publicação da futura lei também teriam prazo estendido para 25 anos. A matéria seguiu para deliberação da Câmara dos Deputados.



**Em função do relatório considerar apenas os três primeiros meses do ano, o texto informa que a matéria aguarda sanção, entretanto, ressalta-se que em abril, a matéria foi sancionada (Lei nº 15.122 de 11/04/2025).*

PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

MP 1268/2024 – RECURSOS PARA COMBATE À SECA E OUTRAS ÁREAS

Autor: Presidência da República

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 1º de abril, a Medida Provisória 1268/24, que libera crédito de R\$ 938,4 milhões para sete ministérios. A MP foi aprovada em seguida pelo Senado, pois perderia a vigência à meia-noite desta terça. O texto segue agora para promulgação. O auxílio para pescadores profissionais artesanais, beneficiários do Seguro Defeso, abrange o maior montante liberado pela MP: R\$ 418,4 milhões. O pagamento será feito a pescadores da região Norte atingidos pela seca prolongada. Serão também atendidas ações de enfrentamento aos efeitos da seca e dos incêndios florestais no Pantanal e na Amazônia.



PL 3678/2021 (CD) - EXCLUSÃO DE ÁREAS INUNDÁVEIS NO ITR

Autor: Dep. Pinheirinho (PP/MG)

Aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados o parecer ao PL 3678/2021 – O PL exclui da incidência do Imposto Territorial Rural (ITR) as áreas sujeitas a inundações periódicas que impossibilitem temporariamente sua exploração econômica. A proposta é de autoria do deputado Pinheirinho (PP/MG) e teve relatoria do deputado Pezenti (MDB/SC). Para o autor do PL a aprovação do relatório é uma conquista, pois essa é uma realidade enfrentada por muitos produtores rurais em diversas regiões do país e o projeto corrige uma distorção histórica e reconhece, na prática, as dificuldades reais de quem vive e trabalha no campo.



PL 5861/2023 (CD) - GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS COM TÍTULO DEFINITIVO

Autor: Dep. Lúcio Mosquini (MDB/RO)

Aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados o parecer ao PL 5861/2023 - O PL altera a Lei de Registros Públicos para estabelecer que, nos casos de imóveis com título de domínio definitivo expedido pela União ou pelos Estados, a responsabilidade pelo georreferenciamento será dos respectivos entes emissores. A proposição é de autoria do deputado Lúcio Mosquini (MDB/RO) e foi relatada pelo deputado José Medeiros (PL/MT). O texto incorporou sugestão da CNA, garantindo que a regra seja aplicada independentemente do tamanho da propriedade. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).



PL 6085/2019 (CD) - SIMPLIFICAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Relator: Dep. Tião Medeiros (PP/PR)

Aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados o parecer ao PL 6085/2019, de autoria do ex-deputado Jerônimo Goergen (RS), que simplifica o processo de retificação do registro de imóveis rurais. A medida é adotada quando o proprietário procura o cartório para corrigir a descrição das marcas e divisas da sua propriedade. O relator, deputado Tião Medeiros (PP/PR), ao recomendar a aprovação, afirmou que quando o imóvel for georreferenciado, o pedido de retificação dos seus limites poderá ser feito ao cartório sem a necessidade de apresentar a assinatura dos vizinhos (confrontantes) que também tenham seus imóveis georreferenciados. A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).



PRINCIPAIS AVANÇOS

MATÉRIAS DE INTERESSE COM AVANÇOS NA CÂMARA E SENADO

PEC 18/2024 (SF) - PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE

Autor: Sen. Tereza Cristina (PP/MS) e outros

O Plenário do Senado Federal aprovou a PEC 18/2024, que reconhece o Pantanal Sul-Mato-Grossense como patrimônio nacional. O texto altera a Constituição Federal para incluir o Pantanal Sul-Mato-Grossense no rol dos espaços cuja utilização exige a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. A proposta seguiu para deliberação da Câmara dos Deputados.



PL 2005/2023 (SF) - PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTROLE DO PNAE

Autor: Sen. Beto Faro (PT/PA)

Aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação, o PL 2005/2023, que busca garantir maior participação das entidades de representação dos trabalhadores rurais no controle das aquisições de alimentos via PNAE. A iniciativa busca fortalecer a transparência na execução do PNAE e reforçar o papel da agricultura familiar no abastecimento da merenda escolar. A proposta seguiu para deliberação da Câmara dos Deputados.



PL 4989/2023 (SF) - FINANCIAMENTO PARA INDÚSTRIAS VERDES

Autor: Sen. Renan Calheiros (MDB/AL)

Aprovado, em decisão terminativa, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o projeto oferece tratamento especial ao financiamento da indústria verde, como melhores condições de financiamento e de pagamento. O relator do projeto, senador Fernando Farias (MDB/AL), propôs uma emenda ao texto com o objetivo de garantir que a legislação esteja alinhada às melhores práticas internacionais. As mudanças acontecerão dentro do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX). A proposta seguiu para deliberação da Câmara dos Deputados.



LEIS FEDERAIS

PROJETOS TRANSFORMADOS EM LEIS

2



Lei nº 15.070/2024

BIOINSUMOS

Sancionada em 23 de dezembro de 2024, a Lei 15.070/24 estabelece o novo marco regulatório dos bioinsumos, resultado do PL 658/2021, do deputado Zé Vitor (PL/MG). A norma estabelece diretrizes para estimular a sustentabilidade no setor agropecuário, promovendo a inovação tecnológica e a integração de políticas públicas voltadas à pesquisa e ao desenvolvimento de bioinsumos. Também prevê incentivos fiscais e mecanismos de fomento à produção, com foco em insumos destinados à agricultura, pecuária, aquicultura e silvicultura.



Lei nº 15.082/2024

CBIOS

Sancionada em 30 de dezembro de 2024, essa lei incluiu os produtores rurais no RenovaBio, garantindo a eles o repasse de CBios (créditos de descarbonização), fortalecendo o papel dos agricultores na contribuição para a sustentabilidade e redução de emissões. Relacionada pelo deputado Benes Leocádio (UNIÃO/RN), a medida assegurou aos produtores mais participação nas políticas de descarbonização do país, além de gerar novas oportunidades econômicas.



Lei nº 15.103/2025

PATEN

Sancionada em janeiro de 2025, a Lei 15.103/25 institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN), com foco na promoção de combustíveis mais limpos e na descarbonização do setor de transportes e máquinas agrícolas. A norma tem origem no PL 327/2021 e prioriza incentivos à fabricação, comercialização, aquisição e utilização de veículos pesados, motores e máquinas agrícolas movidos a gás natural e biometano. A matéria foi aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em dezembro de 2024, sob relatório da dep. Marussa Boldrin (MDB/GO).



Lei Complementar nº 214/2025

REFORMA TRIBUTÁRIA

Sancionada em 16 de janeiro de 2025, a Lei Complementar 214/25 regulamenta a reforma tributária e consolida avanços importantes para o setor agropecuário e a população brasileira. Entre os destaques, está a criação da cesta básica nacional isenta de impostos, incluindo carnes, queijos, manteiga e peixes, além da aplicação de alíquota reduzida para outros alimentos essenciais. A norma também garante que produtores rurais com faturamento de até R\$ 3,6 milhões por ano fiquem dispensados da obrigatoriedade de adesão ao novo regime, podendo optar por ele para recuperação de créditos.

MATÉRIAS NOVAS

DESTAQUES DAS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS
ENTRE JANEIRO E MARÇO

3

SUSTAÇÃO DO DECRETO QUE ATRIBUI PODER DE POLÍCIA À FUNAI

Foram apresentados diversos Projetos de Decreto Legislativos com o objetivo de sustar os efeitos do Decreto nº 12.373, de 31 de janeiro de 2025, que exorbita do poder regulamentar ao atribuir à FUNAI competências típicas de Poder de Polícia, como ações ligadas à segurança pública.

Essas atribuições são incompatíveis com a ordem constitucional e violam princípios como a legalidade, o devido processo legal, a ampla defesa e a reserva de competência legislativa. Lista dos projetos apresentados:

1. **PDL 47/2025** - Sen. Marcos Rogério (PL/RO)
2. **PDL 49/2025** - Sen. Dr. Hiran (PP/RR)
3. **PDL 50/2025** - Sen. Mecias de Jesus (REPUBLIC/RR)
4. **PDL 51/2025** - Dep. Sanderson (PL/RS)
5. **PDL 52/2025** - Dep. Alceu Moreira (MDB/RS)
6. **PDL 54/2025** - Dep. Daniela Reinehr (PL/SC)
7. **PDL 56/2025** - Dep. Lucio Mosquini (MDB/RO)
8. **PDL 57/2025** - Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
9. **PDL 60/2025** - Dep. Carlos Jordy (PL/RJ)
10. **PDL 61/2025** - Dep. Nicoletti (União/RR)
11. **PDL 67/2025** - Dep. Tião Medeiros (PP/PR) e outros
12. **PDL 71/2025** - Dep. Silvia Waiãpi (PL/AP)
13. **PDL 73/2025** - Dep. Marcos Pollon (PL/MS)

SUSTAÇÃO DO DECRETO QUE TRATA DA REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS DE FLORESTAS PÚBLICAS NÃO DESTINADAS

Foram apresentados diversos Projetos de Decreto Legislativo com o objetivo de sustar integralmente os efeitos da Portaria Conjunta MMA/MDA nº 1.309, de 4 de fevereiro de 2025, que estabelece procedimentos administrativos para a regularização de ocupações em florestas públicas por comunidades tradicionais na Amazônia Legal. A norma foi editada sem respaldo legal, ao invadir competências exclusivas do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e ao restringir indevidamente o conceito de “comunidades locais” previsto na Lei nº 11.284/2006. Além disso, a portaria omite a exigência de licenciamento ambiental no processo de concessão florestal, contrariando o princípio da precaução, fundamental à legislação ambiental brasileira. Lista dos projetos apresentados:

1. **PDL 63/2025** - Sen. Jaime Bagattoli (PL/RO)
2. **PDL 68/2025** - Dep. Coronel Fernanda (PL/MT)
3. **PDL 70/2025** - Dep. Evair Vieira de Melo (PP/ES)
4. **PDL 75/2025** - Dep. Pedro Lupion (PP/PR)
5. **PDL 77/2025** - Sen. Tereza Cristina (PP/MS)



SUSTAÇÃO DO DECRETO SOBRE REQUISITOS PARA INSTALAÇÕES AVÍCOLAS

Foram apresentados diversos Projetos de Decreto Legislativo para sustar os efeitos da Portaria SDA/MAPA nº 1.224/2026, que altera regras para granjas avícolas e unidades de beneficiamento de ovos. A norma impõe a obrigatoriedade de identificação individual de cada ovo com data de validade e número de registro, gerando custos adicionais, especialmente para pequenos produtores. A medida extrapola o poder regulamentar ao criar exigência não prevista em lei e sem a devida Análise de Impacto Regulatório (AIR), exigida pela Lei de Liberdade Econômica.

Lista dos projetos apresentados:

1. **PDL 84/25** - Dep. Rodolfo Nogueira (PL/MS) e Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)
2. **PDL 85/2025** - Dep. Ricardo Salles (NOVO/SP) e outros
3. **PDL 86/2025** - Sen. Eduardo Girão (NOVO/CE)
4. **PDL 87/2025** - Dep. Daniela Reinehr (PL/SC)
5. **PDL 88/2025** - Dep. Messias Donato (REPUBLIC/ES)
6. **PDL 89/2025** - Dep. Rodolfo Nogueira (PL/MS) e Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)
7. **PDL 91/2025** - Dep. André Fernandes (PL/CE)
8. **PDL 95/2025** - Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)
9. **PDL 96/2025** - Sen. Flávio Bolsonaro (PL/RJ)
10. **PDL 100/2025** - Dep. Filipe Barros (PL/PR)
11. **PDL 104/2025** - Dep. Marcos Pollon (PL/MS)
12. **PDL 105/2025** - Dep. Caroline de Toni (PL/SC)
13. **PDL 107/2025** - Dep. Allan Garcês (PP/MA)
14. **PDL 118/2025** - Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)

PROCEDIMENTOS DE RATIFICAÇÃO DE REGISTROS IMOBILIÁRIOS EM FAIXAS DE FRONTEIRA

Foram apresentados Projetos de Lei que alteram as Leis nº 13.178/2015 e nº 14.177/2021 com o objetivo de ampliar o prazo e simplificar os procedimentos de ratificação de registros imobiliários referentes a alienações e concessões de terras públicas localizadas em faixas de fronteira. A proposta busca garantir segurança jurídica a proprietários rurais com títulos emitidos por estados antes da vigência da legislação atual, reconhecendo a validade dos registros realizados até 23 de outubro de 2015. A medida corrige distorções históricas, desburocratiza o processo e contribui para o ordenamento fundiário em áreas sensíveis e estratégicas do território nacional.

Lista dos projetos apresentados:

1. **PL 986/2025** - Sen. Jaime Bagattoli (PL/RO)
2. **PL 738/2025** - Sen. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)
3. **PL 1532/2025** - Sen. Nelsinho Trad (PSD/MS)



CONCESSÃO FLORESTAL PARA COMUNIDADES LOCAIS

Apresentado pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), o PL 468/2025 altera a Lei nº 11.284/2006 para incluir os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 6º, com o objetivo de aprimorar os critérios e procedimentos para a concessão de direito real de uso de florestas públicas federais. A proposta busca garantir maior segurança jurídica, transparência e equilíbrio social na regularização fundiária de comunidades locais, especialmente em áreas tradicionalmente ocupadas, estabelecendo a obrigatoriedade de consulta pública, análise técnica integrada com outros entes federativos e critérios objetivos para casos de sobreposição territorial.



PRAZO PARA GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS

Apresentado pela deputada Daniela Reinehr (PL/SC), o PL 1294/2025 propõe a prorrogação do prazo para a realização do georreferenciamento de imóveis rurais, nos termos da Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001. A proposta visa assegurar mais tempo para que os proprietários rurais se adequem às exigências técnicas e legais do georreferenciamento, instrumento essencial para garantir segurança jurídica, prevenir conflitos fundiários e aprimorar o controle cadastral de terras no país. A prorrogação busca atender especialmente pequenos e médios produtores, que enfrentam dificuldades operacionais e financeiras para cumprir o prazo atualmente vigente.



SANÇÕES PARA INVASÕES E VIOLAÇÕES DE PROPRIEDADE

Apresentado pela deputada Carla Dickson (UNIÃO/RN), o PL 179/2025 busca estabelecer sanções a quem invadir, ocupar, praticar esbulho, turbação ou qualquer outra violação ao direito de propriedade ou de posse, tanto em áreas públicas quanto privadas. A proposta reforça a proteção jurídica à propriedade e à posse, prevendo medidas legais para coibir ocupações irregulares em todo o território nacional.



PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO AGRONEGÓCIO E COMUNIDADES RURAIS

Apresentado pelo deputado Thiago Flores (REPUBLICANOS/RO), o PL 467/2025 propõe a criação do Programa Nacional de Proteção ao Agronegócio e Comunidades Rurais. A proposta busca estruturar uma política nacional voltada à segurança e integridade das atividades agropecuárias, com foco na prevenção e no enfrentamento de crimes no campo. O texto prevê ações coordenadas entre os entes federativos para proteger propriedades rurais, produtores, trabalhadores e suas famílias, além de garantir a continuidade da produção e o fortalecimento do ambiente de segurança no meio rural.



REVOGAÇÃO DE VEDAÇÃO A LIMINARES EM AÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS

Apresentado pelo deputado Rodolfo Nogueira (PL/MS), o PL 723/2025 revoga o art. 63 Estatuto do Índio que atualmente impede a concessão de medidas liminares em causas que envolvam interesse de povos indígenas ou do patrimônio indígena sem a prévia oitiva da União e do órgão competente. A proposta busca retirar essa exigência legal para conferir maior celeridade às decisões judiciais em litígios envolvendo terras ou interesses indígenas.



SANÇÕES A INVASORES DE PROPRIEDADES RURAIS E URBANAS

Apresentado pelo senador Wellington Fagundes (PL/MT), o PL 1590/2025 estabelece sanções administrativas a indivíduos condenados por crimes de invasão de terras públicas, esbulho possessório ou violação de domicílio, reforçando a proteção ao direito de propriedade garantido pela Constituição Federal. O projeto propõe a vedação ao acesso a programas sociais federais, à participação em concursos públicos, à nomeação para cargos em comissão e à contratação com o poder público federal, aplicável a partir da condenação em primeira instância até o cumprimento da pena.



CRITÉRIOS AMBIENTAIS PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Apresentado pelo senador Jaime Bagattoli (PL/RO), o PL 205/2025 busca harmonizar a aplicação das normas ambientais e fundiárias, garantindo maior segurança jurídica na concessão de crédito rural e assegurando a efetividade dos objetivos do Código Florestal. O projeto reforça a exigência de inscrição no CAR para acesso ao crédito, e esclarece que eventuais restrições por infrações devem se limitar à área afetada, sem comprometer as demais atividades da propriedade. Também possibilita a regularização de imóveis sobrepostos a florestas públicas não destinadas (tipo B), desde que não inviabilizem os objetivos ambientais.



CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TRABALHADORES RURAIS

Apresentados pelos deputados Heitor Schuch (PSB/RS) e Afonso Hamm (PP/RS), os PLs 761/2025 e 676/2025 propõem alterações na Lei nº 5.889/1973, que regula o trabalho rural, com o objetivo de facilitar e aprimorar a contratação temporária de trabalhadores no campo durante os períodos de safra. As propostas buscam adequar a legislação à realidade sazonal da atividade agropecuária, garantindo maior segurança jurídica para produtores e trabalhadores, reduzindo a informalidade e promovendo mais eficiência nas relações de trabalho.



RESTRIÇÃO AO USO DO TERMO “CARNE”

Apresentado pela deputada Daniela Reinehr (PL/SC), o PL 771/25 estabelece regras específicas para a rotulagem de produtos derivados de proteínas alternativas, especialmente os fabricados em laboratório para simular carne. A proposta determina que esses produtos contendam, de forma clara, a informação sobre sua procedência e proíbe expressamente o uso do termo “carne” em sua rotulagem, devendo ser adotada nomenclatura específica que os diferencie dos produtos de origem animal.



COMPATIBILIDADE ENTRE BENEFÍCIOS SOCIAIS E CONTRATO POR SAFRA

Apresentado pelo deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), o PL 299/25 trata da compatibilidade entre a condição de titular de programas sociais e a celebração de contrato de trabalho por safra. A proposta busca assegurar que trabalhadores rurais beneficiários de políticas sociais não percam automaticamente o acesso a esses benefícios ao firmarem contratos temporários durante o período de safra. A medida visa incentivar a formalização do trabalho rural, respeitando a sazonalidade da atividade agropecuária e promovendo inclusão produtiva sem penalizar o acesso à rede de proteção social.



CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO AO PLANO SAFRA

Apresentada pelo Poder Executivo, a MP 1289/2025 visa abrir um crédito extraordinário de R\$ 4.177.883.185,00 com o objetivo de financiar subvenções econômicas de custeio agropecuário, comercialização de produtos agropecuários, investimento rural e agroindustrial, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa medida é necessária para viabilizar o empenho prévio das despesas até a aprovação da LOA 2025.



4

DESTAQUES DA AGENDA

LANÇAMENTO DA AGENDA LEGISLATIVA DO AGRO CNA 2025

A Sessão Solene de lançamento da “Agenda Legislativa do Agro – CNA 2025” foi realizada no Plenário do Senado Federal. A cerimônia reuniu deputados, senadores, embaixadores e diplomatas, representantes de entidades do agro, lideranças de várias regiões, presidentes de Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados, superintendentes do Senar e a diretoria do Sistema CNA/Senar.

30

Parlamentares
no evento

12

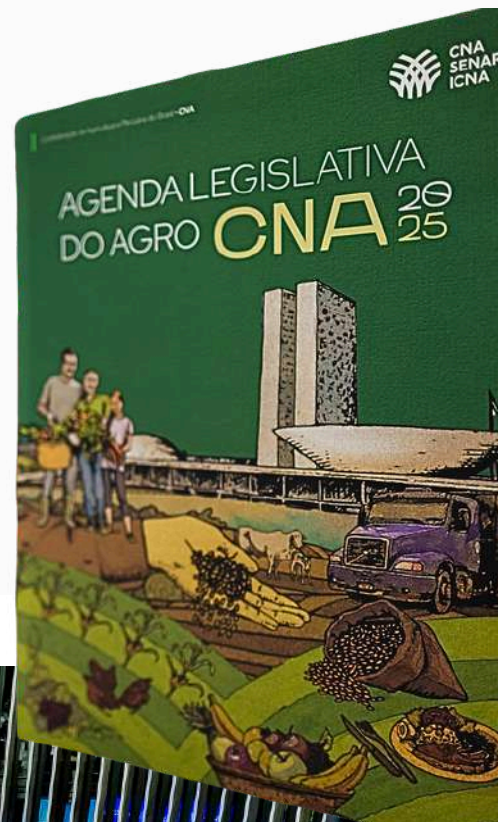
Parlamentares
Entrevistados

400

Agendas
Distribuídas

463

Público
Total



AGENDA LEGISLATIVA DO AGRO

CNA 2025

26 DE MARÇO



DIÁLOGO COM PARLAMENTARES

Entre janeiro e março, diversos parlamentares estiveram na sede da CNA. Ao todo, foram realizadas 18 entrevistas pela Rádio CNA, a convite da Assessoria de Relações Institucionais, e 10 parlamentares participaram de reuniões na entidade para tratar de pautas prioritárias do setor.

16 Entrevistas com parlamentares na rádio CNA



10 Parlamentares visitaram a CNA



Sen. Zequinha Marinho (PODE/PA)
 Sen. Izalci Lucas (PL/DF)
 Sen. Jaime Bagattoli (PL/RO)
 Dep. Sérgio Souza (MDB/PR)
 Dep. Paulo Azi (UNIÃO/BA)
 Dep. General Girão (PL/RN)
 Dep. Zé Adriano (PP/AC)
 Dep. Coronel Fernando (PL/MT)
 Dep. Pedro Lupion (PP/PR)
 Dep. Marussa Boldrin (MDB/GO)

1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS EM 2025

No dia 25 de março de 2025, foi realizada a primeira reunião do ano do Núcleo de Relações Institucionais da CNA. O encontro, realizado presencialmente, reuniu representantes das federações de agricultura e pecuária dos estados que atuam nas áreas de relações institucionais e governamentais. Durante a reunião, foram apresentados destaques do cenário político atual, a Agenda Legislativa do Agro 2025 e o Plano de Ação da área de Relações Institucionais.

O objetivo da reunião foi alinhar estratégias entre a Assessoria de Relações Institucionais da CNA e as federações, promovendo uma atuação integrada ao longo do ano nas pautas prioritárias do setor junto aos Poderes Executivo e Legislativo. A intenção é fortalecer o trabalho conjunto, ampliar o relacionamento com o Parlamento e garantir maior efetividade na representação dos interesses do agro. No encontro, a equipe da ARI também detalhou o cronograma de atividades para 2025, que inclui reuniões mensais com as federações, imersões, capacitações e ações de mobilização política.

Entre os assuntos tratados, destacaram-se a reorganização ministerial do governo federal, os avanços e próximos passos da Reforma Tributária, as medidas relacionadas ao Plano Safra e ao Renovagro, além da tramitação de proposições legislativas que impactam diretamente o setor. Também foram destacados os impactos de resoluções de órgãos como o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional e o IBAMA, que vêm afetando temas como crédito rural, regularização ambiental e sustentabilidade.



15 Federações
Presentes

5

MONITORAMENTO LEGISLATIVO

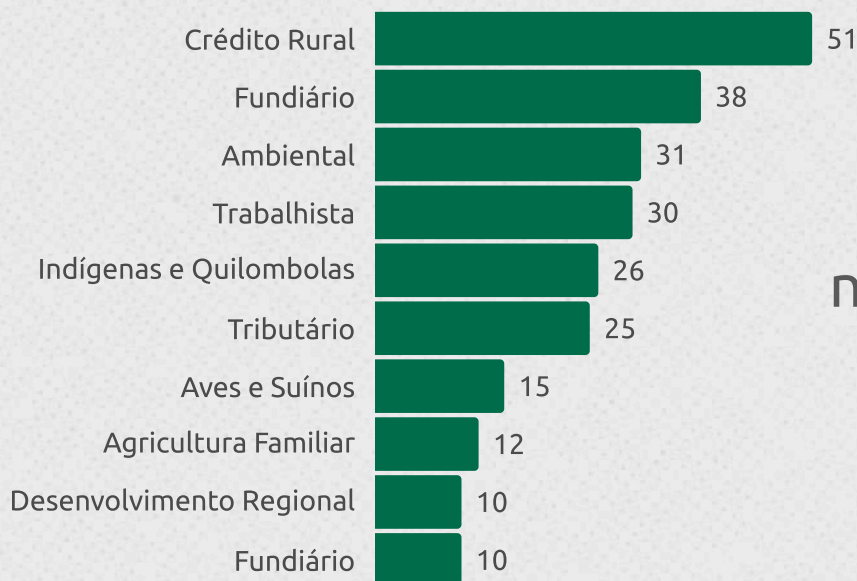
DADOS ATÉ MARÇO/2025

PAINEL AGROLEGIS

8121

PROPOSIÇÕES MONITORADAS PELA
ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

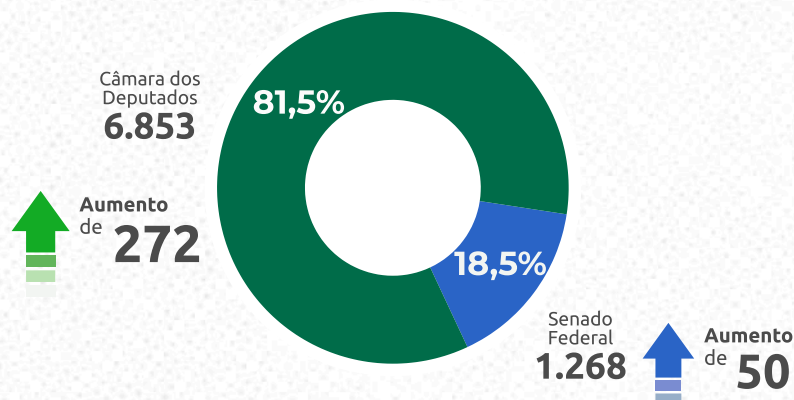
6744

PROJETOS DE LEI, MEDIDAS PROVISÓRIAS,
VETOS E MENSAGENS DO PODER EXECUTIVO

+ 154 PROPOSIÇÕES DE TEMÁTICAS VARIADAS

**Principais
temáticas das
novas proposições
apresentadas no
1º trimestre**

DISTRIBUIÇÃO POR CASA LEGISLATIVA



DISTRIBUIÇÃO POR IMPACTO

Senado Federal
Grau de Importância*

128	Alto Impacto
131	Médio Impacto
108	Baixo Impacto
833	Aguardando Análise

Câmara dos Deputados
Grau de Importância*

403	Alto Impacto
516	Médio Impacto
557	Baixo Impacto
5.243	Aguardando Análise

*DEMAIS MATÉRIAS FORAM
AVALIADAS COMO SEM INTERESSE

PRODUTOS ARI

RELACIONAMENTO E
COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

6



Agenda Legislativa - Destaques da Semana

A **Agenda Legislativa - Destaques da Semana** é um panorama detalhado da tramitação das matérias prioritárias da CNA pautadas no Congresso Nacional que impactam o produtor rural. Enviada semanalmente para parlamentares, assessores, lideranças, consultores legislativos e Federações.

Posicionamento Técnico

O **Posicionamento Técnico** é elaborado pela ARI, com base no posicionamento e avaliação dos técnicos da CNA, e que tem o objetivo de informar e contextualizar os parlamentares a respeito de temas prioritários para o produtor.



Aconteceu em Brasília

O **Aconteceu em Brasília** é produto encaminhado às sextas-feiras por WhatsApp para assessores, parlamentares e Federações. É um resumo dos acontecimentos mais relevantes no Congresso Nacional. O produto é uma maneira sucinta de transmitir ao produtor rural os principais avanços da semana e os parlamentares envolvidos nas ações políticas.



Panorama Político

O **Panorama Político** é um informativo semanal elaborado pela ARI, com o objetivo de apresentar os principais acontecimentos e tendências do cenário político. O conteúdo destaca desdobramentos relevantes nos Poderes Executivo e Legislativo, com foco em temas estratégicos para o setor.

Destaques da Semana - Podcast

O **Destaques da Semana** é elaborado pela ARI, em formato de podcast, com o objetivo de informar sobre as matérias prioritárias do setor pautadas no Congresso Nacional que impactam o produtor rural. O conteúdo é baseado na **Agenda Legislativa – Destaques da Semana** e é enviado semanalmente, com exclusividade, para as Federações.



Portfólio Sistema CNA/SENAR/ICNA

O **Portfólio do Sistema CNA/SENAR/ICNA** é um material institucional que reúne e apresenta, de forma clara e objetiva, todos os programas, projetos e iniciativas desenvolvidos pelo Sistema. Seu objetivo é subsidiar o trabalho das assessorias parlamentares e dialogar diretamente com os parlamentares, mostrando como as ações do Sistema contribuem para o fortalecimento do setor agropecuário.



Assessoria de Relações Institucionais (ARI)

 (61) 99275 3603

 cna.ri@cna.org.br

 cnabrasil.org.br

 [/canal doprodutor](https://www.youtube.com/canal doprodutor)

 [/SistemaCNA](https://www.facebook.com/SistemaCNA)

 [/SistemaCNA](https://twitter.com/SistemaCNA)

 [/SistemaCNA](https://www.instagram.com/SistemaCNA)

 [/agrofortebrasilforte](https://www.youtube.com/agrofortebrasilforte)